

# Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados.<sup>1</sup>

Milena Polsinelli Rubi

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação - UNESP, Marília, SP. Bolsista CAPES. (14) 425-7468; mrubi@flash.tv.br.

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Coordenadora do Projeto Integrado *Leitura em análise documental* financiado pelo CNPq. Professora Assistente Doutora do Departamento de Ciência da Informação - UNESP - Marília, SP. goldstar@flash.tv.br

A política de indexação em sistema de informação é imprescindível porque condiciona os resultados da estratégia de busca. Objetiva identificar elementos de política de indexação analisando os manuais dos centros de informação: Sub-Rede Nacional de Informação em Ciências da Saúde Oral, Centro de Informações Nucleares e Coordenação Geral de Documentação em Agricultura. Resultados obtidos demonstraram que os manuais apresentam elementos de política de indexação descritos por Carneiro (1985). Conclui que dois elementos são imprescindíveis: exaustividade e especificidade, pois estão vinculados à leitura documental e à política de indexação adotada pelo sistema.

**Palavras-chave:** Política de indexação; Sistema de informação; Manual de indexação.

Recebido em: 18.09.2002 Aceito em: 23.12.2002

# 1 Introdução

A indexação deve proporcionar a identificação de conceitos mais pertinentes ao conteúdo do documento produzindo uma correspondência precisa com o assunto pesquisado em índices. Dessa maneira, pode-se considerar a indexação como a parte mais importante dentro de um sistema de recuperação da informação. É a partir da realização desse processo que os resultados da questão de busca do usuário estarão condicionados.

Responsável pela indexação e, portanto, igualmente importante dentro do sistema de informação, o indexador tem a função primordial de compreender a leitura ao realizar uma análise conceitual que represente, adequadamente, o conteúdo de um documento para que ocorra correspondência com o assunto pesquisado pelo usuário. No entanto, para que essa correspondência aconteça, a adoção de uma *política de indexação* torna-se imprescindível, pois ela será norteadora de princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço e racionalização dos processos. Pode-se dizer então, que a política de indexação é uma decisão administrativa indispensável a um sistema de recuperação de informação pois, somente depois de seu estabelecimento, é que o sistema em questão poderá definir suas características principais.

Considerando que a política de indexação de um sistema de informação deverá estar descrita formalmente em seus documentos oficiais - neste caso, em manuais de indexação - interessou-se saber se os sistemas de informação Sub-Rede Nacional de Informação em Ciências da Saúde Oral, Centro de Informações Nucleares e Coordenação Geral de Documentação em Agricultura possuem ou não um manual e, conseqüentemente, uma política de indexação que norteie esse procedimento tão importante e imprescindível em grandes e pequenos sistemas. Isso porque o bom ou mal desempenho da indexação reflete-se na recuperação da informação feita por meio de índices.

O estudo teve por objetivo analisar a política de indexação visando obter dados comparativos entre os sistemas de informação, assim como evidenciar suas políticas e observar em que medida elas influenciam na leitura do indexador. Pretendeu-se conseguir subsídios metodológicos para a elaboração de um manual destinado ao programa de orientação à formação e capacitação do indexador em leitura para análise documental, que poderá ser utilizado por centros de recuperação de informação na *uniformização* dos procedimentos de indexação.

Como metodologia, foi realizado um estudo teórico sobre indexação, a fim de se obter parâmetros para estabelecimento de uma política de indexação.

Foram analisados os dados dos diagnósticos de infra-estrutura física e de recursos humanos, bem como das atividades de análise documental da Sub-Rede Nacional de Informação em Ciências da Saúde Oral, do Centro de Informações Nucleares e da Coordenação Geral de Informação Documental Agrícola, para avaliação comparativa de funcionamento, atividades e serviços.

Os manuais de indexação dos sistemas citados anteriormente também foram analisados comparativamente. Foi levado em consideração seus conteúdos, estrutura e política de indexação, a partir dos parâmetros obtidos no estudo teórico, a fim de se evidenciem semelhanças e diferenças.

Mediante os resultados da análise dos manuais, foi feito um estudo da política de indexação dos sistemas de informação para análise dos procedimentos

<sup>1</sup>Parte integrante do Projeto Integrado *Leitura em análise documental* financiado pelo CNPq.

e obtenção de subsídios metodológicos. Tais estudos irão contribuir para se elaborar um manual de indexação para o programa de formação e capacitação em leitura documentária.

## 2 Política de indexação em sistemas de informação

Torna-se necessário conceituar política de indexação e compreender sua importância e da própria indexação nos de sistemas de informação.

De acordo com Carneiro (1985), uma política de indexação,

*“deve servir como um guia para tomada de decisões, deve levar em conta os seguintes fatores: características e objetivos da organização, determinantes do tipo de serviço a ser oferecido; identificação dos usuários, para atendimento de suas necessidades de informação e recursos humanos, materiais e financeiros, que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação de informações.”* (p.221)

Cesarino (1985) complementa a constatação de Carneiro explicando que uma política de indexação só pode ser estabelecida depois de observados alguns aspectos:

“- identificação das características do usuário (áreas de interesse, nível, experiência, atividades que exercem);  
- volume e características da literatura a ser integrada ao sistema;  
- volume e características das questões propostas pelo usuário;  
- número e qualidade dos recursos humanos envolvidos;  
- determinação dos recursos financeiros disponíveis para criação e manutenção do sistema;  
- determinação dos equipamentos disponíveis”. (p. 165)

Para Carneiro (1985, p.231), os seguintes elementos devem ser considerados na elaboração de uma política de indexação:

- o Cobertura de assuntos: assuntos cobertos pelo sistema (centrais e periféricos);
- o Seleção e aquisição dos documentos-fonte: extensão da cobertura do sistema em áreas de assunto de seu interesse e a qualidade dos documentos, nessas áreas de assunto, incluídos no sistema;
- o Processo de indexação:
  - Nível de exaustividade: *“uma medida de extensão em que todos os assuntos discutidos em um certo documento são reconhecidos na operação de indexação e traduzidos na linguagem do sistema”* (Lancaster, 1968 apud Carneiro, 1985, p.232);
  - Nível de especificidade: *“a extensão em que o sistema nos permite ser precisos ao especificarmos o assunto de um documento que estejamos processando”* (Foskett, 1973, apud Carneiro, 1985, p.232);
  - Escolha da linguagem: a linguagem de indexação afeta o desempenho de um sistema de recuperação de informação tanto na estratégia de busca (estabelece a precisão com que o técnico de busca pode descrever os interesses do usuário) quanto na indexação (estabelece

a precisão com que o indexador pode descrever o assunto do documento). Portanto, a partir de estudos do sistema, deve-se optar entre linguagem livre ou linguagem controlada e linguagem pré-coordenada ou pós-coordenada;

- Capacidade de revocação e precisão do sistema: exaustividade, revocação e precisão estão relacionadas. Quanto mais exaustivamente um sistema indexa seus documentos, maior será a revocação (número de documentos recuperados) na busca e, inversamente proporcional, a precisão será menor;

- ⊙ Estratégia de busca: deve-se decidir entre a busca delegada ou não;
- ⊙ Tempo de resposta do sistema;
- ⊙ Forma de saída: é o formato em que os resultados da busca são apresentados. Tem grande influência sobre a tolerância do usuário quanto à precisão dos resultados. Deve-se verificar qual a preferência do usuário quanto à apresentação dos resultados;
- ⊙ Avaliação do sistema: determinará até que ponto o sistema satisfaz as necessidades dos usuários.

No que diz respeito à indexação em sistemas de informação, Fujita (1999) esclarece que ela é reconhecida como a parte mais importante do sistema, porque condiciona os resultados de uma estratégia de busca. Além disso, a indexação pode ser observada em dois momentos distintos dentro do sistema: na entrada - no tratamento temático da informação - e na saída - na busca e recuperação da informação.

Chaumier (1988, p.63) confirma esta importância ao afirmar que “a indexação é a parte mais importante da análise documentária. Consequentemente, é ela que condiciona o valor de um sistema documentário.”

Portanto, observa-se a importância em se estudar, não só a indexação isoladamente, mas, também, a política adotada pelo sistema de informação. Este influenciará todo o processo de análise documentária, que resultará na indexação.

De acordo com Van Slype (1977) citado por Chaumier (1988) a indexação comporta quatro operações distintas, a saber:

- ⊙ conhecimento do conteúdo do documento;
- ⊙ escolha dos conceitos a serem representados, baseando-se na aplicação da regra da seletividade e exaustividade;
- ⊙ tradução dos conceitos selecionados da forma em que aparecem impressos no documento, para os descritores do *thesaurus* aplicando a regra da especificidade;
- ⊙ incorporação dos elementos sintáticos.

É importante observar que o número de operações necessárias para a realização do processo de indexação pode variar de acordo com autores. De acordo com a Norma ISO 5963 (1985), por exemplo, a indexação consiste em três fases: exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo; identificação dos conceitos presentes no assunto; e tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação. Entretanto,

independentemente do número de etapas, a indexação será realizada, basicamente, com a identificação dos conceitos e sua posterior tradução na linguagem do sistema.

Considerando que a *exaustividade* e a *especificidade* são variáveis que interferem na escolha dos termos para indexação, Lancaster (1993) afirma que a principal decisão política diz respeito à exaustividade da indexação, definindo-a como sendo “o emprego de termos em número suficiente para abranger o conteúdo temático do documento de modo bastante completo” (p.23). Ainda, segundo Lancaster (1993), a especificidade é um princípio que, isoladamente, é o mais importante da indexação de assunto sendo “aquele segundo o qual um tópico deve ser indexado sob o termo mais específico que o abranja completamente” (p. 14).

Cameiro (1985) esclarece que o nível de especificidade e de exaustividade é uma decisão política, que deve ser estabelecida pela administração do sistema de recuperação da informação de acordo com sua especialização.

A partir das afirmações desses dois autores, fica claro que tanto a exaustividade como a especificidade são elementos que devem estar claramente definidos na política do sistema de informação, pois exercerão influência direta sobre a indexação realizada.

A observação da exaustividade e da especificidade, além dos outros elementos considerados, também, como decisões políticas, pode ser feita, principalmente, por meio da documentação oficial do sistema de informação. Ou seja, aquela produzida e/ou adotada como padrão para a realização de determinada tarefa ou ação dentro do sistema. O manual de indexação é um exemplo dessa documentação pois, além de ser produzido dentro dos sistemas de informação em questão, pressupõe-se que a maioria dos elementos constituintes de uma política esteja nele descrita.

O manual de indexação de um sistema de informação constitui também sua documentação oficial, pelo fato de estar descrito em ordem lógica de etapas a serem seguidas para a análise de assuntos, por fornecer as regras, diretrizes e procedimentos para o trabalho do indexador e por conter os elementos constituintes da política de indexação adotada pelo sistema. Dessa maneira, é por meio dos manuais, principalmente, que a política de indexação do sistema poderá ser observada.

Em decorrência do estudo dos manuais de indexação de sistemas de informações, torna-se necessário, também, o estudo sobre esses sistemas.

Um sistema de informação é formado por um conjunto de centros referenciais de informação especializada interdependentes, com objetivos comuns, apresentando, entre outras, as seguintes características: âmbito informacional definido; informação concentrada e especializada; fornecimento de produtos informacionais.

Existem vários sistemas de informação importantes, em diversas áreas do conhecimento, mas há aqueles que merecem destaque, seja pela sua abrangência, pelo seu pioneirismo ou por características peculiares especiais como, por exemplo o *International Information System for Agricultural Sciences and Technology - AGRIS -*, *Current Agricultural Research Information System - CARIS -*, *Education Resources Information Center - ERIC -*, *International Nuclear Information System - INIS -*, *Medical Literature Analysis and Retrieval System - MEDLARS -*, entre outros.

Esses sistemas permitem o acesso à informação mundial produzida pela área porque se apoiam na cooperação entre os centros da área de assunto

coberta por eles. Assim, os sistemas de informação que contribuíram, inclusive com seus manuais de indexação, por meio de seus centros cooperantes foram: AGRIS, através dos centros de informação Coordenação Geral de Documentação em Agricultura - CENAGRI -; INIS, por meio do Centro de Informações Nucleares - CIN -; e Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - BIREME - através do centro de informação Sub-Rede Nacional de Informação em Ciências da Saúde Oral.

Esses centros cooperantes são responsáveis pela coleta de todo material bibliográfico produzido no país e pelos processamentos técnicos necessários para uma futura recuperação. Neste sentido, é imprescindível a utilização de manuais de indexação pelos serviços de análise dos sistemas de informação, que devem conter os procedimentos para indexação que reflitam a política adotada pelo sistema de informação, tornando-se necessários para que uma sistematização de procedimentos seja garantida entre os centros cooperantes do sistema de informação.

### 3 Análise dos manuais de indexação: metodologia

A política de indexação de um sistema de informação pode ser observada tanto por meio de diagnósticos de infra-estrutura física, de serviços e de recursos humanos, quanto por meio de sua documentação oficial, como o manual de indexação.

Como metodologia para identificação dos elementos de política norteadores dos procedimentos de indexação nos sistemas de informação, optou-se por analisar, comparativamente, os manuais de indexação dos sistemas BIREME, INIS e AGRIS.

Realizou-se, também, estudo diagnóstico de infra-estrutura física, de serviços e de recursos humanos dos seus centros cooperantes: Sub-Rede Nacional de Informação em Ciência da Saúde Oral, Centro de Informações Nucleares e Coordenação Geral de Documentação em Agricultura.

Para que a análise pudesse ser realizada, foi solicitada a cada um dos centros de informação em questão uma cópia do Manual de Indexação utilizado.

A análise comparativa dos manuais de indexação constituiu-se em três etapas:

- ⊙ Análise do conteúdo: a fim de se verificar o conteúdo de cada capítulo dos manuais;
- ⊙ Análise da estrutura: com o objetivo de verificar qual a seqüência de apresentação dos conteúdos dos manuais;
- ⊙ Identificação dos elementos de política de indexação *presentes* nos manuais de indexação para verificar em que medida eles influenciam a leitura do indexador;

Essa identificação baseou-se nos parâmetros estabelecidos por Carneiro (1985), citados anteriormente no item 2. Entretanto, dentre os elementos de política de indexação, somente os seis primeiros foram utilizados por estarem presentes nos manuais de indexação. Os demais não são constituintes de manuais de indexação e sim de questões de busca feitas por usuários nos sistemas de informação.

No que diz respeito aos diagnósticos, eles contemplaram, principalmente,

os recursos de infra-estrutura, de serviços - com ênfase no serviço de análise documentária, que é foco desta pesquisa - e de recursos humanos - os indexadores.

## 4 Resultados

Os resultados das análises dos manuais de indexação serão demonstrados de acordo com o conteúdo, com a estrutura e com os elementos de política de indexação. Os manuais de cada sistema receberam os nomes de Manual/Sistema 1 (Sub-Rede Nacional de Informação em Ciências da Saúde Oral), Manual/Sistema 2 (Centro de Informações Nucleares) e Manual/Sistema 3 (Coordenação Geral de Documentação em Agricultura).

### 4.1 Quanto ao conteúdo dos manuais de indexação

Os três manuais recomendam especificidade na indexação em diversos momentos, tanto na identificação quanto na seleção de conceitos.

Os Manuais 2 e 3 oferecem explicações de cada etapa do processo de indexação, descrevendo até mesmo regras a serem adotadas pelos indexadores. O Manual 3 apresenta a filosofia a ser seguida pelos indexadores.

Com relação à leitura do documento, o Manual 3 prevê orientações para a leitura técnica do documento que se referem a um roteiro de partes do documento a serem examinadas pelo indexador. Em análise comparativa destas orientações com a Norma ISO 5963 *Documentation - methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms*, verificou-se que o item *Leitura* é tratado de forma parcialmente similar no que se refere ao exame de partes do documento, destacando-se que a Norma é mais sucinta que o Manual 3, além de incluir orientações quanto à identificação de conceitos.

O Manual 2 apresenta procedimentos de análise conceitual para identificação e seleção de conceitos sem, contudo, indicar procedimentos específicos para leitura. Não existe nenhum item específico sobre leitura, como no Manual 1. Visando o desenvolvimento da pesquisa, procedeu-se à leitura do Manual 2 para o reconhecimento e síntese dos aspectos relacionados à leitura do documento. O resultado demonstrou que a leitura é tratada de forma similar ao Manual 2, ou seja, como um roteiro de partes do texto a serem examinadas.

O Manual 3 contempla a leitura do documento da mesma forma como nos outros dois manuais, isto é, como um roteiro de partes a serem examinadas, esclarecendo que apesar de não haver necessidade de se ler o documento todo, algumas partes devem ser examinadas cautelosamente.

Os Manuais 1 e 2 apresentam instruções sobre como realizar a identificação de conceitos, porém, sem ligação com a leitura e nem propostas de procedimentos sobre como realizar a identificação. O Manual 3 apresenta um roteiro lógico que deve ser seguido para a identificação de conceitos do documento pertinentes à indexação, sugerindo uma série de questões cujas respostas deverão ser encontradas no texto até serem esgotadas todas as possibilidades de interrogação. Diferentemente dos outros manuais, o Manual 3 trata, separadamente, como duas operações distintas, a *identificação de conceitos* (de acordo do questionamento sugerido) e a *seleção de conceitos*

(de acordo com sua pertinência).

No que diz respeito à identificação de conceitos, a Norma ISO considera esta operação como sendo uma abordagem sistemática do texto, através de um rol de questões, com a função de interrogar o texto e identificar conceitos. Entretanto, a Norma não explicita quais questões seriam mais indicadas para cada parte do texto e que isto seja considerado *estratégia de leitura*. Tal como a Norma, os Manuais também não relacionam a identificação de conceitos com a leitura do documento.

Foi possível realizar uma comparação dos itens que tratam especificamente das orientações relativas à *identificação de conceitos* e da *leitura dos documentos* nos três manuais, ressaltando-se que o Manual 2 não possui esses itens descritos desta forma e, sim, orientações durante todo o texto que foi recolhida e compilada para esta comparação.

## 4.2 Quanto à estrutura dos manuais de indexação

Observou-se que todos os manuais contêm prefácio (esclarecendo o propósito do manual) e índice.

Os Manuais 2 e 3 mostram exemplos de indexação e, ao final, um resumo das regras para indexação.

O Manual 1 esclarece de forma sucinta, no que diz respeito aos princípios gerais, a filosofia de indexação e leitura técnica de documentos, apresentando poucos sub-itens para esses aspectos. Ele é bem detalhado no trato das especificações da literatura da área e na utilização dos campos de preenchimento para indexação, explicando cada item em diversos sub-itens.

Os Manuais 2 e 3 estão descritos em uma ordem lógica, de forma a contemplar todos os procedimentos constituintes da análise de assunto, desde a leitura do documento, até a seleção de descritores. O Manual 2 contém uma ordem lógica de descrição dos passos a serem seguidos para classificação de assunto, resumo e análise de assunto. Na análise de assunto, traz sub-itens explicando o tipo de indexação utilizada, a estrutura do tesauro utilizado pelo sistema e as regras de indexação gerais e específicas.

O Manual 3 apresenta-se também de forma lógica relatando, desde uma breve introdução à busca de informação, tipos de linguagens de indexação, análise de conteúdo, utilização do esquema de categorias de assuntos do tesauro, até como deve ser feito o registro dos dados de indexação no sistema, a confecção de resumos, além de ser o único a possuir bibliografia. A respeito da análise de assunto, o Manual descreve detalhadamente, em vários sub-itens específicos, cada passo constituinte desse processo.

Entre os manuais estudados, o terceiro é o que tem o maior número de capítulos e de sub-capítulos, explicando minuciosamente cada sub-item do manual e, conseqüentemente, apresentando-se como o mais didático.

## 4.3 Quanto aos elementos de política de indexação dos manuais

Dentre os três, apenas o Manual 2 apresenta todos os elementos da política de indexação, incluindo os critérios para seleção e aquisição de documentos-fonte.

No que diz respeito ao nível da exaustividade, o Manual 2 recomenda

que o número de descritores selecionados deve variar entre 10 e 12, enquanto o Manual 3 recomenda que este número deve estar entre 2 e 20. O Manual I não fixa um número de descritores que devem ser selecionados, recomendando que seja feita uma indexação múltipla, ou seja, que sejam selecionados tantos termos quanto forem necessários para representar o documento.

Confrontando-se os elementos de política de indexação com a estrutura dos manuais, especificamente com os capítulos onde foram encontrados, observa-se que há coerência entre os títulos dos capítulos e/ou sub-capítulos e os elementos de política. Nesse caso, excetuou-se apenas o elemento *escolha da linguagem* que, no Manual I, foi encontrado no prefácio, talvez por não conter um capítulo específico sobre linguagem de indexação.

Todos os manuais atendem aos elementos de política de indexação propostos por Carneiro (1985), autora tomada como referência para a análise comparativa dos 3 manuais.

## 5 Discussão dos resultados

Tendo em vista as três etapas de análise - conteúdo, estrutura e identificação dos elementos de política de indexação - dos manuais de indexação dos sistemas de informação, observou-se que o Manual I, embora apresente-se como um manual para indexação, é muito sucinto no que diz respeito a este processo, preocupando-se mais com preenchimento de campos específicos e não propriamente com a indexação.

O Manual 3, apesar de não apresentar um dos elementos de política de indexação, pode ser considerado didático e completo:

- Didático, porque é estruturado de maneira lógica, começando com introdução aos sistemas de informação, passando pela indexação, sua importância para a recuperação da informação, linguagens de indexação, etapas de análise de assunto, entre outros, até a exemplificação, com vários exercícios de indexação, como deve ser feita a entrada de dados no sistema e bibliografia;
- Completo, porque, apesar de não conter apenas um dos elementos de política de indexação, foi o único a apresentar um roteiro lógico a ser seguido para a identificação de conceitos do documento pertinentes à indexação, sugerindo uma série de questões para tal sendo que nem mesmo a Norma ISO menciona algo parecido.

Quanto ao Manual 2, apesar de apresentar todos os elementos da política de indexação, não é tão didático quanto o Manual 3.

De acordo com os autores citados no referencial teórico, Carneiro (1985); Foskett (1996); Lancaster (1993) e Van Slype (1977 e 1991), os elementos de política de indexação que influenciam diretamente na leitura do indexador são: a *exaustividade* e a *especificidade*, porque são essas variáveis que interferem na escolha dos termos para indexação.

Quanto à exaustividade:

- Manual 2: recomenda que o número de descritores selecionados varie entre 10 e 12, dependendo do tipo e do assunto do documento, e que

não se deve determinar um descritor e um de seus termos genéricos para o mesmo documento;

- o Manual 3: recomenda a identificação de todos os conceitos que compõem o tema do documento, e a seleção de tantos quantos forem necessários para uma descrição exhaustiva (entre 2 e 20 conceitos).

Quanto à especificidade:

- o Manual 1: explica que o indexador tem o compromisso de atingir o maior grau de especificidade possível;
- o Manual 2: recomenda o uso do descritor apropriado mais específico;
- o Manual 3: esclarece que a indexação deve refletir o nível exato de especificidade do documento.

## 6 Considerações finais

Segundo a bibliografia utilizada, esta não apresenta um número fixo de descritores que representarão exhaustivamente um documento, pois este número dependerá do sistema de informação e do tipo de material por ele adquirido. Assim, de maneira geral, os sistemas de informação apresentam um número médio de termos a serem selecionados, seja ele restritamente variável entre 10 e 12, ou amplamente flexível entre 2 e 20. A exceção em fixar um número limite de termos é o Sistema I, que apresenta uma filosofia de exaustividade.

No que diz respeito à especificidade, tanto os autores quanto os sistemas estudados afirmam que a indexação deve ser a mais específica possível.

Os subsídios metodológicos que servirão para a elaboração do manual e para o programa de orientação à formação e capacitação do indexador, no que diz respeito à *leitura* para análise documentária, são aqueles que dizem respeito à política de indexação, citados por Carneiro (1985), que devem constar em qualquer manual de indexação, principalmente aqueles que interferirão na escolha dos descritores pelos indexadores: especificidade e exaustividade.

Tendo em vista a síntese dos resultados, conclui-se que o manual para o programa de orientação à formação e capacitação do indexador em leitura documentária deve:

- o Ser didático: conter o propósito do sistema, a indexação e suas linguagens, classificação, análise de assunto (apresentar os procedimentos para identificação de conceitos, fazer ligação com o processo de leitura e incluir questionamentos para esta finalidade), procedimentos para resumos e fornecer exemplos de indexação e resumos;
- o Conter, de maneira clara e objetiva, os elementos constituintes da política de indexação do sistema: cobertura de assunto, critérios de seleção e aquisição dos documentos-fonte, nível de exaustividade, nível de especificidade e a escolha da linguagem pelo sistema de informação.

Vale ressaltar, no entanto, que, entre estes elementos, dois são imprescindíveis: a exaustividade e a especificidade.

No caso da exaustividade, o indexador, no momento da leitura, deverá estar ciente do número de descritores que poderá extrair de cada documento, selecionando aqueles que atendam ao critério da exaustividade.

No caso da especificidade, caso seja recomendação do sistema de informação que o indexador seja o mais específico possível, é necessário que se leia o documento, tendo em mente o nível de especificidade exigida.

Finalmente, conclui-se que estes dois elementos estão diretamente ligados à política de indexação adotada pelo sistema e à leitura documentária e que influenciarão no desempenho da indexação realizada pelo sistema de informação, o que refletirá na recuperação da informação.

## Indexing policy elements in indexing manuals of special information systems

*It is necessary to adopt an indexing policy in information systems since indexing is an important part of the system as it determines search strategies results. The paper identifies elements of indexing policies through the use of indexing manuals of the Sub-Rede Nacional de Informação em Ciências da Saúde Oral, Centro de Informações Nucleares and of the Coordenação Geral de Documentação em Agricultura. The results showed that indexing manuals actually reflect the indexing policy elements described by Carneiro (1985). Specificity and exhaustivity are considered very important elements because they are related to the documentary reading and indexing policy adopted by the system.*

**Keywords:** Indexing policy; Information system; Indexing manual

## Referências

- BIREME. *Manual de indexação para a base de dados LILACS*. São Paulo: BIREME, 1998.
- BINNICHON, M. *Guia de indización para AGRIS y CARIS*. Roma: FAO, 1994.
- BÜRK, K. et al. *INIS: manual for subject analysis*. Viena: IAEA - INIS, 1995.
- CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.14, n.2, p. 221-241, set. 1985.
- CESARINO, M. A. N. Sistemas de recuperação da informação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.14, n.2, p.157-168, set. 1985.
- FOSKETT, A. C. *A abordagem temática da informação*. São Paulo: Polígono, 1973.
- FOSKETT, A. C. *A abordagem temática da informação*. São Paulo: Polígono, 1973 *apud* CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.14, n.2, p. 221-241, set. 1985.
- FOSKETT, A. C. *The subject approach to information*. 5<sup>th</sup> ed. London: Library Association, 1996.
- FUJITA, M. S. L. *Leitura em análise documentária*. 1999. 178f. Monografia (Relatório Parcial de Pesquisa) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; CNPq. Marília.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, Genebra. ISO 5963 (E): *Documentation - methods for examining documents determining their subjects, and selecting indexing terms*. Genebra, 1985. 5 p.
- LANCASTER, F. W. *Information retrieval systems: characteristics, testing and evaluation*. New York: J. Wiley, 1968 *apud* CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.14, n.2, p.221-241, set. 1985.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.

PIRES, R. A. *Estratégias de leitura para indexação: um estudo de observação dos processos de leitura com indexadores em agronomia*. 1999. 98f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

RUBI, M. P. *Estratégias de leitura para indexação em energia nuclear*. 1999. 121f. Monografia (Relatório Parcial de Pesquisa) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; CNPq, Marília.

RUBI, M. P. *Os serviços de análise e sua política de indexação*. 2000. 80f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; CNPq, Marília.

VAN SLYPE, G. Conception et gestion des systèmes documentaires. Paris: ED. d'Organisation, 1977 *apud* CHAUMIER, J. Indexação: conceito etapas e instrumentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.21, n.1/2, p.63-79, jan./jun. 1988.

VAN SLYPE, G. *Lenguajes de indización: concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1991.